

Tema em discussão

Proteção jurídica do funcionalismo fluminense

Nossa opinião

Imposições da realidade

É das debacles fiscais o atropelamento de direitos, por uma dramática e simples razão — falta absoluta de dinheiro nos cofres públicos, como efeito de alguma crise fora do alcance do governante de turno ou devido a seus próprios erros. Um exemplo é a Grécia, em que a elite política entendeu ser a entrada no bloco do euro uma espécie de passaporte para o paraíso da moeda forte e do descuido com os gastos. O resultado é uma sucessão de anos de ajustes pela metade, baixo crescimento, desemprego.

Há semelhanças com o Rio de Janeiro de Sérgio Cabral, trancafiado em Bangu por corrupção, e de Luiz Fernando Pezão, vice e depois eleito na fase final da farsa de gastos imprevidentes que houve no estado. Sem falar da corrupção.

A grande conspiração contra o funcionalismo ativo, aposentados e pensionistas do estado — e, numa visão mais ampla, contra a população mesma — foram apostas erradas na política de gastos do governo, considerando a fonte incerta dos recursos. Era quase suicídio destinar o volume crescente de royalties — em alta puxada pela elevação das cotações externas de petróleo e gás — para gastos engessados por lei e blindados por grupos políticos organizados (salários de servidores, aposentadorias e pensões do funcionalismo).

Como era previsto na imprensa especializada, a entrada em produção, nos Estados Unidos, de áreas de exploração de óleo e gás de rochas ajudou a derrubar o preço dos hidro-

carbonetos e com isso pulverizou parte da receita do governo fluminense. A probabilidade de um longo ciclo de petróleo e assemelhados a cotações mais baixas havia levado a Arábia Saudita, sob o comando de nova geração da família Saud, a desenhar um programa de ajuste fiscal e, mais do que isso, de reciclagem estrutural da economia, para depender menos das receitas do petróleo. A notícia, de circulação ampla, deveria ter alertado os governantes fluminenses.

A tempestade perfeita se formou com o efeito catastrófico da política heterodoxa do "novo marco macroeconômico", ensaiada no segundo mandato de Lula e radicalizada com Dilma Rousseff no Planalto, sobre toda a economia brasileira. Vieram daí um ano de estagnação (2014) e os dois seguintes da mais profunda recessão que as estatísticas brasileiras mostram: a subtração de aproximadamente 8% do PIB, causa de mais de 12 milhões de desempregos e decorrentes mazelas sociais.

Há razões profundas e longe do alcance direto do Palácio Guanabara — o que não lhe redime da irresponsabilidade na gestão do estado — de boa parcela desta tempestade perfeita. Para isso há leis como a da responsabilidade fiscal, para a cobrança de autoridades. A presidente Dilma perdeu o mandato por atropelar a LRF. Governantes podem e devem ser punidos em que esfera for: administrativa, penal e política. Mas a crise é tão profunda que não será superada na base de limites, mesmo que sejam pertinentes do ponto de vista jurídico. ■

A crise fiscal é tão profunda que impõe medidas contrárias a direitos

Outra opinião

Ato de arbitrariedade

LUCIANA G. GOUVÊA

Desde o ano retrasado os indícios de que o "des" governo do Estado do Rio de Janeiro não cuidava do dinheiro público vieram se comprovando. Foram várias manobras que culminaram no famoso "pacote das maldades" para reduzir salários, aposentadorias, pensionamentos, cortar benefícios previdenciários e aumentar tributos, todas a demonstrar que, repetidamente, os nossos governantes tentam passar a conta do descuido e da falta de profissionalismo dos atos governamentais que têm praticado para cada um de nós cidadãos, e especialmente para os aposentados e pensionistas, tudo em total desacordo com as determinações da nossa Constituição Federal.

Apesar dessas ações do governo serem na sua maioria totalmente irregulares e em desacordo com a legislação atual, a maioria dos cidadãos não sabe dos seus direitos e acaba deixando de socorrer-se no Judiciário.

Ora, esses proventos/benefícios habitualmente representam a única fonte de renda dos aposentados e pensionistas, fruto de regulares recolhimentos feitos nos contracheques dos antigos funcionários públicos, e não podem faltar, pois, dessa forma, estar-se-ia infringindo um dos Princípios Constitucionais mais importantes, o da dignidade da vida humana.

Funcionários públicos, aposentados e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro vêm sofrendo das mazelas da má administração do dinheiro público há muito tempo à conta des-

sa trapalhada patrocinada pelo governo estadual. Portanto, existe a possibilidade de ingressarem no Judiciário com pedido de indenização material e moral, devido a essas infelizes ocorrências, especialmente porque o atraso dos recebimentos tem ocasionado em divórcio e excessivo comprometimento da renda de milhares de famílias de servidores públicos do nosso estado.

Sair cortando salários, benefícios de aposentadorias e pensionamentos não é atitude condizente com a nossa Constituição Cidadã,

que defende o ser humano em detrimento do patrimônio, e é por isso que não vale a afirmação de que essas cortes, em grande parte irregulares, são em defesa do patrimônio público, se desfavorecem o cidadão.

Certo é, o Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro deveria dar o exemplo, seguindo a lei, ou seja, deixando de perseguir seus funcionários da ativa, seus aposentados e pensionistas, mas trabalhando numa boa reestruturação administrativa, desenvolvendo estudos técnicos para equilibrar o que recebe e o que deve pagar, deflagrando processos administrativos bem feitos e até mesmo encomendando ao Poder Legislativo novas leis para poder resolver efetivamente o problema previdenciário, assim honrando com suas obrigações, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário para remediar essas questões de caráter alimentar, que ferem os direitos do cidadão lesando seu patrimônio e sua dignidade. ■

Luciana G. Gouvêa é advogada

ELIO GASPARI

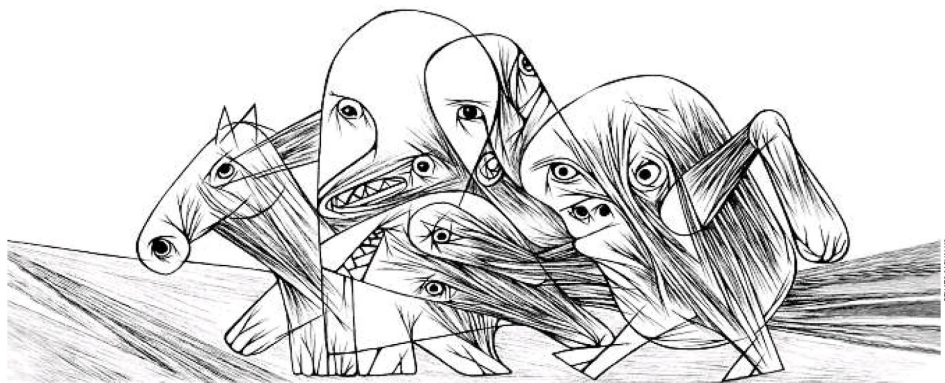
Jucá, Geddel, Yunes, Padilha...

Michel Temer é um político experiente, frio, e conhece o lado do avesso de Brasília. Em maio do ano passado, quando fritava a presidente Dilma Rousseff e o comissariado petista, circulou a notícia de que formaria um governo de notáveis. Era lórtio, e foi logo desmentida. Formou-se um governo de pessoas experientes, mas não se definiu o que vinha a ser "experiência".

José Yunes, o amigo do peito de Temer, foi para sua assessoria especial; Romero Jucá, presidente do PMDB, para o Ministério do Planejamento; o espaço Geddel Vieira Lima, para a coordenação política; e Eliseu Padilha para a chefia da Casa Civil.

Em menos de um ano, três experientes integrantes dessa equipe foram para o espaço, todos metidos em situações escandalosas. O pacote que o operador Lúcio Funaro levou ao escritório de Yunes ainda fará uma longa carreira no anedotário político nacional. Por enquanto, a versão de Yunes é uma daquelas mantas de chumbo que os dentistas jogam em cima das pessoas para protegê-las das emissões dos raios X.

Nunca na história deste país um presidente perdeu tantos colaboradores em tão pouco tempo por motivos tão pouco louváveis. O chefe da Casa Civil de Temer orgulhou-se de ter negociado o Ministério da Saúde trocando o médico Raul Cutait pelo deputado Ricardo Barros. Esse tipo de escalção do governo pode ter parecido coisa de doido, mas nela havia dois métodos.



RENATO CARVALHO

O primeiro, ostensivo, era a busca de uma retumbante maioria parlamentar. O segundo, implícito, era a blindagem dessa mesma maioria diante dos maus ventos da operação Lava-Jato. Como? Ninguém pode saber, mas o caminho se faz andando. Nesse tipo de caminhada, convida-se o ex-ministro Carlos Velloso para o Ministério da Justiça, e nomeia-se o deputado Osmar Serraglio, campeão da doutrina de uma anistia para o doutor Eduardo Cunha.

Quando Temer nomeou Jucá e Geddel, mandou um sinal para a lista de penitentes que sofrem à espera

Parecia escalção de técnico doido, mas houve método na maluquice, se vai dar certo, é outra questão

da divulgação de novas listas da Lava-Jato. Como diz o ilustre governador Pezão, quando se refere ao seu padrinho Sérgio Cabral, todos devem ter o direito de se defender. A ida de Yunes para o Planalto foi outro sinal. Padilha sabia que mandara levar um pacote ao escritório do

amigo, o operador Lúcio Funaro sabia que o entregara, e o deputado Eduardo Cunha acha que sabe a história toda, tanto que levantou o véu da carga numa pergunta que encaimou ao juiz Sérgio Moro, para que a fizesse a Temer.

A escolha dos experientes fracassou apenas no aspecto da longevidade. Foi bem-sucedida como sinalização, coroada pela nomeação de Osmar Serraglio. Agrupados, os penitentes rezam, à espera da divulgação das colaborações da Odebrecht.

A Lava-Jato está ferindo a oligarquia política e empresarial do século XXI

da mesma maneira que o fim do tráfico negroiro feriu (mas não matou) a do XIX. Os barões do caixa dois do tráfico resistiram por mais de 30 anos. Os marqueses do caixa dois das empreiteiras sabem que não podem durar tanto, mas a esperança é sempre a última que morre. Primeiro, nomeamos Jucá e Geddel; depois, Serraglio. Mais um pouco, soltamos Eduardo Cunha. Adiante, definimos que o TSE só tem lâmina para Dilma Rousseff. Com sorte, tiramos Lúcio do páreo de 2018. Se der, deu. ■

Elio Gaspari é jornalista

GRUPO GLOBO

PRESIDENTE
Roberto Irmu Marinho
VICE-PRESIDENTES
João Roberto Marinho • José Roberto Marinho

O GLOBO

é publicada pela Infoglobo Comunicação e Participações S.A.
DIRETOR-GERAL: Frederico Zogbi Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL
Ascário Seleme

EDITORA EXECUTIVA DO IMPRESSO
Silvia Fonseca

EDITORES EXECUTIVOS

Alan Gripp (Coordenador), Alexandre Maron, Chico Amaral,
Denise Ribeiro, Maria Fernanda Delmas, Paulo Motta e Viviane Cohen

Rua Marquês de Pombal 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20230-940 Tel. (21) 2534-6000 Fax (21) 2534-6535

Princípios editoriais do Grupo Globo: <http://globo.com.br/leitor>

Fale com O GLOBO

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS
Venda de notícias: (21) 2534-5555
Banco de Imagens: (21) 2534-5777
Pesquisas: (21) 2534-5779

PUBLICIDADE
Noticiário: (21) 2534-4310
Classificados: (21) 2534-4333
Jornais de Bairro:
(21) 2534-4355

Geral e Redação (21) 2534-5000

Músicas, religiões e fômites:
(21) 2534-4333. Plantão nos fins de
semana e feriados: (21) 2534-5501

Loja: Rua Marquês de Pombal 25,
nível 1, Cidade Nova
International sales: Multimedica,
Inc. (USA). Tel. +1-407-903-5000
E-mail: adsales@multimedica.com

Classifone (21) 2534-4333

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldosassinantes.com.br
ou pelos telefones 4002-5300 (capitais e
grandes cidades) e 0800-028443
(demais localidades), de 2ª a 6ª feira,
das 9h30m às 18h, e aos sábados,
domingos e feriados, das 7h às 12h
Twitter: @falcom, @GLOBO
Facebook: facebook.com/falcomglobo
Assinatura mensal com débito automático

Para assinar (21) 2534-4315 ou oglobo.com.br/assinare

no cartão de crédito, ou débito em conta corrente
(preço de segunda a domingo), para RJ, MG,
ES, normal: R\$ 903,33; promocional: R\$ 899,00
(O GLOBO não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA

Dias úteis: RJ, SP, MG, ES e DF: R\$ 5,00
Demais estados: R\$ 6,00
Domingos: RJ, SP, MG, ES e DF: R\$ 7,00
Demais estados: R\$ 10,00

Carga tributária federal aproximada de 20%

INFORMAÇÕES AO LEITOR
De 2ª a 6ª feira, das 9h30m às 18h, e aos
sábados, domingos e feriados,
das 7h às 12h. Tel. (21) 2534-5200
oglobo.com.br/faleconosco

O GLOBO é associado:
ABU - INC - GDA - SIP - WAN

